

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2018 (Complementar)

Autoria: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para garantir efetividade à Justiça Eleitoral e conferir instrumentos para o Ministério Público Eleitoral investigar irregularidades e prever sanções mais rígidas para partidos e candidatos condenados por irregularidades nas contas eleitorais e abuso de poder econômico.

Explicação da Ementa:

Altera a legislação eleitoral e partidária para aperfeiçoar os mecanismos preventivos e repressivos à corrupção eleitoral: i) só será concedida Certidão de Quitação Eleitoral aos candidatos que tiverem suas contas aprovadas; ii) aumenta para 180 dias o prazo da representação à Justiça Eleitoral pelo Ministério Público por irregularidades na arrecadação e gastos de campanha; iii) suspende o repasse do Fundo Partidário dos partidos políticos e coligações com candidatos condenados por abuso de poder econômico; iv) autoriza o Ministério Público a ajuizar Ação Civil Pública eleitoral, fora do período eleitoral, e a instaurar inquérito civil público eleitoral; e v) acrescenta o abuso de poder político entre as hipóteses de cabimento da Ação de Impugnação do Mandato Eletivo, que observará o rito da ação de investigação eleitoral.

Assunto: Jurídico - Direito Eleitoral

Data de Leitura: 04/09/2018

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: 22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)

Destino: Ao arquivo

Último estado: 22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Despacho:

04/09/2018

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Marcos Rogério (encerrado em 22/12/2022 -)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2018 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

27/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Devolvido pelo Gabinete do Relator, Senador Marcos Rogério.
Matéria aguardando emissão de Relatório.

23/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Matéria encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Marcos Rogério.

13/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação: Distribuído ao Senador Marcos Rogério, para emitir relatório.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

05/09/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Ação: Matéria aguardando distribuição.

04/09/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal
Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.
Ação: Encaminhado à publicação.
À CCJ.

Publicado no DSF Páginas 380-387 - DSF nº 113

04/09/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal
Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº115, em 04/09/2018.

DOCUMENTOS

PLS 377/2018

Data: 17/08/2018

Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei Complementar nº 64, de 18 de

Projeto de Lei do Senado n° 377, de 2018 (Complementar)

DOCUMENTOS

maio de 1990, para garantir efetividade à Justiça Eleitoral e conferir instrumentos para o Ministério Público Eleitoral investigar irregularidades e prever sanções mais rígidas para partidos e candidatos condenados por irregularidades nas contas eleitorais e abuso de poder econômico.

Avulso inicial da matéria

Data: 04/09/2018

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal